



Entre agências, políticas, estratégias, planos e a realidade: Que implicações para a reconstrução de Cabo Delgado?



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique

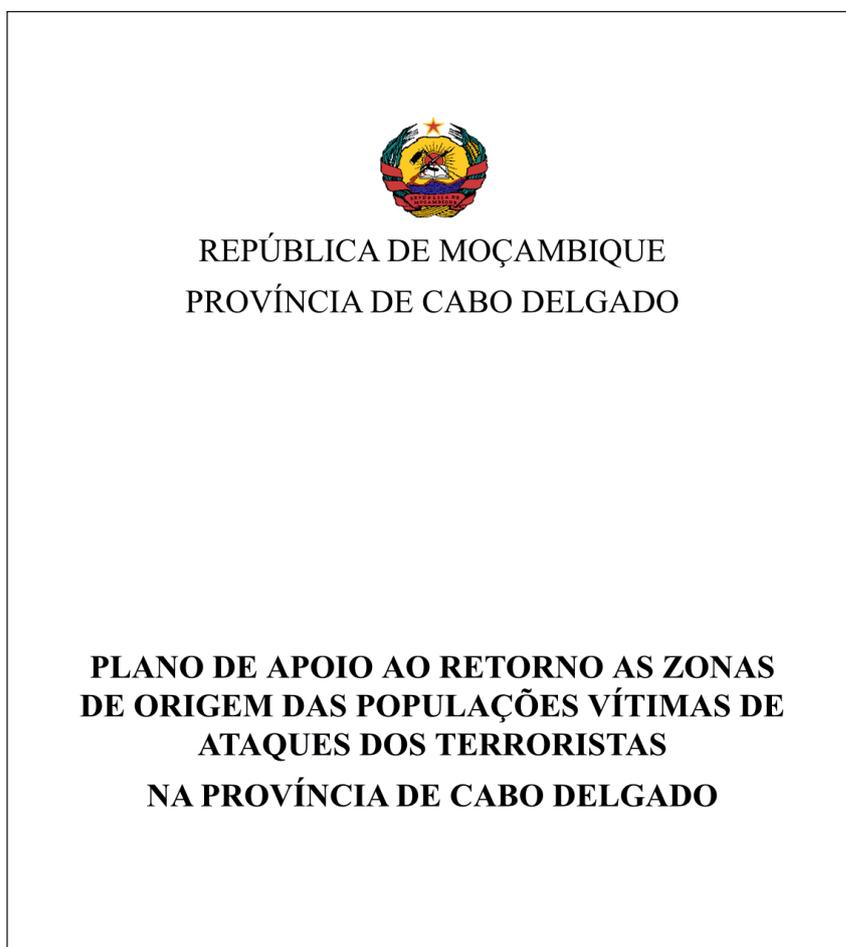


- A província de Cabo Delgado tem sido palco de instalação de diferentes organizações governamentais e não-governamentais, academia, organizações da sociedade civil e *media* que pretendem construir singularmente ou em consórcio um novo imaginário para a população, que se consubstancia essencialmente na implementação de projectos, planos e programas que visam criar condições em termos de coesão social, ambiente de paz e harmonia, crescimento económico inclusivo e de uma governação cada vez mais participativa.



Esta onda é motivada pelo extremismo violento que afecta Cabo Delgado desde Outubro de 2017, cujas consequências incluem perda de vidas humanas, queima de casas da população e vandalização e destruição de principais infra-estruturas que personificam a presença do Estado nos distritos da Mocímboa da Praia, Palma, Macomia, Nangade, Quissanga, Ibo, Meluco, Muidumbe e Mueda.

O Estado não encontrou junto da sua máquina administrativa uma instituição com um mandato multifacetado que fosse capaz de responder aos desafios impostos pelo extremismo violento. Por isso, o Conselho de Ministros tomou a decisão de criar a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), através do Decreto nº 9/2020, de 18 de Março, com a missão de promover acções de carácter multiforme de modo a impulsionar



o desenvolvimento socioeconómico de forma integrada e promover harmonia social em toda a região norte do país, actualmente com maior enfoque para Cabo Delgado, como demonstra a estratégia institucional e o plano de acção da ADIN.

A criação e a entrada em funcionamento da ADIN trouxe uma grande euforia, sobretudo para a população deslocada das zonas afectadas pelo extremismo violento, pois acreditava-se que a agência iria mudar o rumo da província. Entretanto, passam dois anos depois da criação da ADIN e o que se sabe é que planos e projectos existem e o seu financiamento flui constantemente, tendo como principais parceiros o Banco Mundial e a União Europeia. No global, previa-se que as actividades da ADIN estivessem orçadas em mais de um bilião de dólares.

Ora, foi ao longo do período do amadurecimento da ADIN que foram surgindo várias outras iniciativas por parte do Governo que visavam, em parte, retirar a fraca autonomia que a organização tinha, mas acima de tudo centralizar a gestão dos fundos de reconstrução de Cabo Delgado.

Foi nesse contexto que em Setembro de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado, orçado em cerca de 300 milhões de dólares. A justificação foi de que havia necessidade de se criar um mecanismo que não permitisse a dispersão de acções de reconstrução, sendo por isso uma plataforma que deveria juntar todas as acções governamentais e de organizações não-governamentais. Entretanto, a estrutura ignora por completo o papel estrutural e estruturante que as organizações da sociedade civil desempenham nesta província.

No mesmo mês, foi aprovada pelo Conselho de Ministros a Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos (PEGDI), através da Resolução nº 42/2021, de 8 de Setembro, que define os princípios orientadores e os procedimentos relativos à gestão de deslocados internos, resultantes de factores socioeconómicos (conflitos armados), naturais (ciclones, cheias, secas, etc.) e de natureza humana (conflito homem – fauna bravia). O objectivo é assegurar uma resposta coordenada e eficiente. Esta política encerra no seu quarto pilar a componente de reconstrução ou recuperação, que compreende na essência a adopção de acções que visam a restauração ou melhoria dos meios de subsistência dos deslocados internos e do meio envolvente para a normalização da sua vida. Como tal, neste pilar devem ser implementadas acções que vão garantir

o retorno seguro às zonas de origem ou inserção nas zonas de acolhimento.

Em Novembro de 2021, foi submetida à aprovação do Governo a Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (ERDIN), um instrumento orçado em 2,5 biliões de dólares e que conta com o apoio da União Europeia, Nações Unidas, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento. Com um período de implementação de cinco anos (2022-2027), a ERDIN é o primeiro documento oficial que reconhece que o conflito em Cabo Delgado tem causas internas: pobreza generalizada, exclusão, marginalização, expropriação de terras, deficiente capital humano e frustração de expectativas sociais em relação à exploração de recursos naturais. Por isso, o objectivo da ERDIN é reconstruir a governação e o tecido social e económico no norte de Moçambique e apoiar as capacidades das comunidades locais para gerir choques climáticos ou de outra natureza. A estratégia integra questões transversais de direitos humanos, género, juventude e resiliência climática. Pretende-se ainda, de acordo com a estratégia, contribuir para o acesso a serviços de justiça, transparência e financiamento de acções de emprego, por forma a contribuir na construção de paz e prevenção de conflitos.

Para além de todas essas iniciativas, em Abril de 2022, o Governo da província de Cabo Delgado desenvolveu um plano de apoio ao retorno às zonas de origem das populações vítimas de ataques terroristas. No âmbito deste plano, o Governador da província de Cabo Delgado tem feito visitas constantes aos distritos recuperados pelas forças conjuntas de Moçambique, Ruanda e SADC.

Apesar da existência de tantas iniciativas, a situação nos centros de acolhimento de deslocados não tem melhorado, o retorno é feito de forma muito tímida devido à desconfiança da população em relação ao estado real de segurança nos locais de origem e, acima de tudo, devido à falta de garantias de obtenção de meios de subsistência num contexto extremamente fustigado pelo conflito e com um grande desgaste psicológico. Questiona-se, portanto, que implicações ou resultados trouxeram as instituições, as estratégias e o financiamento mobilizado no retorno seguro dos deslocados e qual é o impacto na reconstrução e desenvolvimento da província de Cabo Delgado?

A resposta para estes importantes questionamentos pode ser encontrada na deficiente comu-

nicação que caracteriza as instituições incumbidas da gestão do processo de reconstrução. Esta falta de comunicação para com as diferentes forças vivas da sociedade, e com a população no geral, dificulta o processo de monitorização das actividades e, acima de tudo, na construção de segurança por parte da população, sobretudo na garantia de meios de abrigo, alimentação, abastecimento de água, acesso aos serviços básicos de saúde, educação e o regresso normal das actividades económicas como a agricultura, a pesca, principais meios de subsistência da população das zonas costeiras que foram fustigados pelos ataques dos extremistas violentos.

Concomitantemente, existe a possibilidade de conflito de terras entre as populações deslocadas, primeiro nas suas zonas de reassentamento/acolhimento, uma vez que a população deslocada recebeu terra para a construção de abrigos e para fazer machambas, e quando a população regressar às suas zonas de origem?

Portanto, mais do que a criação e a existência de

mecanismos, instrumentos normativos e estratégias para a reconstrução do tecido social, económico e cultural fustigado pelo extremismo violento, é necessário que haja um amplo campo de diálogo e de participação da sociedade civil e de todas as forças da sociedade com o intuito de assegurar uma reconstrução mais inclusiva, resiliente, informada, transparente e que abranja toda a população.

Os financiamentos para a reconstrução devem ser para este propósito, reconstruindo não apenas o que foi destruído, mas criando formas que não permitam o retorno à situação que deu lugar ao extremismo violento. Para tal, é urgente prover aos jovens meios e plataformas de construção de iniciativas de auto-emprego, de criação de fontes de emprego e da inclusão nos principais fóruns de tomada de decisões como forma de colocarem as suas demandas e obterem uma aproximação com o Estado, o que em última instância permite o bloqueio das vias de recrutamento para os grupos terroristas e cria caminhos para o desenvolvimento dos jovens e da província.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Coordenador do Programa: Prof. Domingos do Rosário
Coordenador-Adjunto do Programa: Américo Maluana
Editor: Emídio Beula
Autor: Abdul Gafur Monteiro Tavares
Equipa Técnica: Emídio Beúla; Leonel Sapite (Nampula); Abdul Gafur Monteiro Tavares (Cabo Delgado); Evaristo Lucas (Niassa)
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>



Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique